

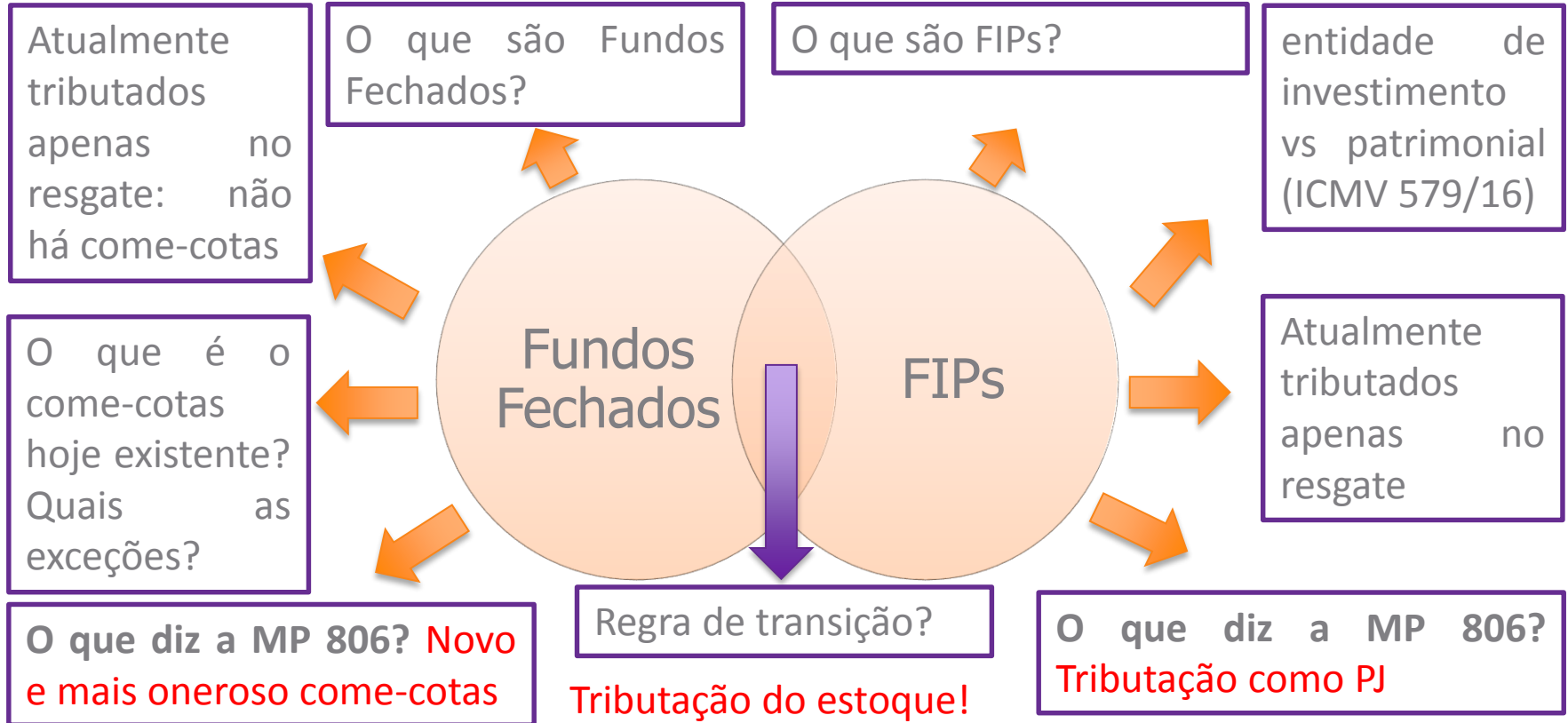
Medida Provisória nº 806/17

Audiência Pública 01/03/ 2018 - Comissão Mista

01.03.2018

Flavio Mifano
flavio.mifano@mattosfilho.com.br

Medida Provisória 806/17 – Qual o escopo das alterações pretendidas?



Tributação do Estoque e Produção de Efeitos: sugestões para aprimoramento da medida

- **Rejeição do Artigo 2º (Fundos Fechados):** prevê a incidência do come-cotas que pretende estabelecer sobre toda a valorização acumulada nas cotas dos fundos fechado - até hoje não alcançada pelo come-cotas incidente sobre fundos abertos
- **Rejeição do Artigo 9º (FIP Patrimonial):** prevê a distribuição automática ficta de toda a valorização acumulada e tributação pela alíquota de 15% para a transição ao novo regime
 - ❑ Alteração de Regime vs Regras de Transição: segurança jurídica e não surpresa
 - ❑ Medida contraria tendência adotada pelo legislativo de preservar os efeitos do regime anterior para a valorização ocorrida na vigência do regime anterior. Exemplos:
 - ❖ Extinção do RTT e novo regime para alinhamento com IFRS: Lei nº 12.973/14 (subcontas de transição)
 - ❖ Isenção sobre rendimentos de não residentes em títulos públicos: Lei nº 11.312/06
 - ❖ Isenção sobre dividendos: Lei nº 9.249/95
- **Ajustes relacionados a produção de Efeitos:** (art. 2º caput e § 2º, art. 3º, art 4º, art. 9º e artigo 12)
 - Artigo 62 CF – Exercício seguinte aquele em que aprovada a MP. Atualização das referências no texto originário para **2019**

Novo Come-Cotas para Fundos Fechados – Sugestões para aprimoramento da medida

- Equalização com o regime dos fundos aberto
 - Não há razão para prever um tratamento mais oneroso para o fundo fechado em comparação aos fundos abertos
- Exceções:
 - Deveria contemplar todos os fundos sujeitos a regras especiais
 - Excluir cotistas não residentes fora de paraísos fiscais
 - ❖ Não há razão para prever um tratamento mais oneroso para cotistas não residentes em comparação aos fundos abertos
- Exceção para Fundos de Ativos Ilíquidos e Renda Variável:
 - Não há como operacionalizar come cotas em fundos que investem fundamentalmente em ativos ilíquidos podendo configurar violação aos princípios do não confisco (art. 5º CF)
 - Incompatibilidade do regime de come-cotas com investimentos em renda variável
- Preservação da regra que permite reorganizações isentas no curso do ano de 2018
 - Atualização da redação para 2019

FIPs – Entidade de Investimento vs Patrimoniais

- MP 806: FIP Entidade de Investimento (Permanecem tributados conforme Lei nº 11.312/06). FIP Patrimonial: passa a ser tributado como PJ (art. 8)
- Classificação importada do IFRS: alto grau de subjetividade exigindo julgamento do administrador do fundo para definição da classificação do fundo e correspondente tratamento fiscal

ICMV 579: Classificação entre Entidade de Investimento e Patrimonial

Art. 4º	Art. 5º § único “A ausência de alguma dessas características típicas não necessariamente desqualifica uma entidade para ser entidade de investimento.”	o de um fundo
Entidade		
▪ 1º		
▪ Ge		
▪ Inv		ou participam
capital ou renda		da administração das entidades investidas, ou

- “Art. 7º O administrador deve exercer seu julgamento para determinar se o fundo se qualifica ou não como entidade de investimento, nos casos excepcionais em que os indicadores e características previstos nos artigos 4º e 5º não forem suficientes para essa qualificação.”

FIPs – Entidade de Investimento vs Patrimoniais – Sugestões para aprimoramento da medida

- Rejeição do artigo 8º (Tributação como PJ). 3 principais motivos:
 - **1.** Alto grau de subjetividade tende a gerar disputas entre fisco e contribuintes
 - **2.** Diferimento limitado ou inexistente:
 - ✓ após Lei nº 13.043/14 passou a ser obrigatório o aporte de ativos financeiros nos fundos pelo valor de mercado e a tributação do correspondente ganho de capital
 - ✓ Alteração proposta pelo artigo 7º da MP impõe distribuição automática do ganho eliminando possibilidade de diferimento
 - **3.** Ineficácia para aumento de arrecadação: contribuintes não investirão mais por FIP patrimoniais se a regra passar
- Manutenção da alteração proposta pelo artigo 11 que revoga a regra fiscal específica de composição de carteira para harmonização com Instrução CVM 578
- Ajuste no artigo 7º para esclarecer que distribuição automática deve considerar o ganho líquido das despesas do fundo

www.mattosfilho.com.br

SÃO PAULO – PAULISTA

Al. Joaquim Eugênio de Lima 447
01403 001 São Paulo SP Brasil
T 55 11 3147 7600

SÃO PAULO – FARIA LIMA

Rua Campo Verde 61 3º andar
01456 000 São Paulo SP Brasil
T 55 11 3035 4050

BRASÍLIA

SHS Q6 Bloco C Cj. A sala 1901
70322 915 Brasília DF Brasil
T 55 61 3218 6000

RIO DE JANEIRO

Praia do Flamengo 200 11º andar
22210 901 Rio de Janeiro RJ Brasil
T 55 21 3231 8200

NEW YORK

712 Fifth Avenue – 26th floor
New York NY USA 10019
T 1 646 695 1100